



Requerimento para mudança de dados do titular de licença ambiental

1) Objeto do requerimento:

- ☒ Atualização de razão social de um ou mais responsável da licença;
- ☐ Compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☒ Transferência de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☐ Transferência + compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;

2) Para alteração da titularidade do detentor da licença ambiental, por compartilhamento e/ou transferência, informar

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: 5857/2021

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Comercial de Combustíveis Ltda**
CNPJ:30.838.204/0002-48

Informações do(s) transmissor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Comercial de Combustíveis Futuro Ltda .	30.838.204/0002-48	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Informações do(s) receptor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Fast Fuel Auto Posto Ltda Rua Belém nº 835- Bairro Nossa Senhora Aparecida – Uberlândia- MG	59.906.790/0001-11	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Justificativa para o requerimento: _____

ATENÇÃO: Caso já exista requerimento de transferência ou compartilhamento para a mesma licença ambiental, o interessado deve sempre reabrir o mesmo processo SEI de forma que toda a documentação esteja disponível para consulta do histórico de alteração.

Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Termo de Responsabilidade de que o projeto licenciado não foi alterado sem prévia aprovação do órgão ambiental;
- 2) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 3) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;



- 4) Documento comprobatório da nova condição de titularidade (contrato de compra e venda, contrato de arrendamento, contrato de aluguel, etc.), em caso de transferência;
- 5) Contrato Social do(s) novo(s) titular(es) da licença (pessoa jurídica) ou documentos de identificação pessoal (pessoa física);
- 6) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 7) *Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidades advindas da licença*, contemplando localização e limites de atuação por CPF/CNPJ (informação geoespacial), denominação da parcela do empreendimento vinculada a cada pessoa física ou jurídica, bem como as obrigações, atividades, parâmetros e condicionantes atribuídas para cada CPF/CNPJ, conforme modelo disponibilizado no site da Semad;

3) Para atualização da razão social referenciada no Certificado de licença ambiental, informar:

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: **5857/2021- LAS CADASTRO** _____

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Comercial de Combustíveis Futuro Ltda**

Item	Razão social referenciada no certificado de licença ambiental	CPF/CNPJ	Nova identificação da razão social
1	Comercial de Combustíveis Futuro Ltda -Rua Belém nº 835- Bairro Nossa Senhora - Uberlândia - MG	30.838.204/0002-48	Fast Fuel Auto Posto Ltda CNPJ:59.906.790/0001-11 Rua Belém Nº 835- Bairro Nossa Senhora Aparecida -Uberlândia -MG
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 2) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: *Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*; Serviço do Órgão Público: *Segunda via de certificado*; Informações complementares: Número da solicitação SLA (*INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA*); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (*INSERIR NÚMERO DO PROCESSO*); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;
- 3) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 4) Contrato social referente à alteração (atualizado), para processos não formalizados no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Caso o requerimento esteja vinculado à licença emitida no SLA, o interessado deverá anexar a atualização já no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADU), do Portal Ecossistemas, *não sendo necessário seu envio através do SEI.*

__Uberlândia__, 22 de Abril de 2025__

(Local e data)

Assinatura do requerente

Transferência de Responsabilidade de Licença Ambiental

À

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (COPAM / TRIÂNGULO)

Sr. Bruno Neto de Avila.

DD: Superintendente/Coordenadora do NARC / COPAM

Praça Tubal Vilela nº 03 Bairro: Centro

CEP:38400-186 – UBERLANDIA – MG

1 – Introdução.

Transferência de Licença Ambiental Responsável pelo Uso.

2 - Objetivo.

Transferência de titularidade ambiental **Comercial de Combustíveis Futuro Ltda**, CNPJ: 30.838.204/0002-48, Certificado LAS CADASTRO Nº 5857/2021, para sucessor **Fast Fuel Auto Posto Ltda** – CNPJ: **59.906.790/0001-11**.

- a. **Localização da licença a ser transferida:** Rua Belém Nº835- Bairro Nossa Senhora Aparecida ,Município de Uberlândia/ MG - Cep: 38.400-725.

Coordenadas (Latitude -18.9022) (Longitude -48.2636)



Imagem 01: Localização do empreendimento. Fonte: Google Earth Pro,.

- b. Arquivo em Shapefile (em anexo).
- c. A atividade a ser executada será a mesma na Licença Ambiental vigente no modelo LAS CADASTRO, Código F-06-01-7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos de combustíveis de aviação (Parâmetro: Capacidade de armazenagem: 90m³) com critério locacional zero, enquadrada na DN Copam nº.217 de 2017.
- d. As condicionantes serão responsabilidade do novo empreendimento **Fast Fuel Auto Posto Ltda**, que deverá manter atualizados os seguintes documentos: Teste de Estanqueidade, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e outros documentos pertinentes conforme legislação Federal, Estadual e Municipal para o funcionamento.
- e. Endereço para e-mail: dinizsolucoes@gmail.com; Consultoria Ambiental. Telefone para Contato: 34-99978-3373 (Eduardo Diniz) e Telefone da pessoa Jurídica sucessora 34-99881-5007 (Fabiana Helena Moreira).
- f. A responsabilidade Jurídica da empresa sucessora é da Administradora Fabiana Helena Moreira CPF: 999.232.706-53, sendo a Sócia Administradora Conforme Contrato Social em Anexo.
- g. Conforme Procuração em anexo, a pessoa Jurídica **Comercial de Combustíveis Futuro Ltda**, passa ao empreendimento **Fast Fuel Auto Posto Ltda** , através da Sra. Fabiana Helena Moreira CPF: 999.232.706-53 os direitos como procurador ao direito legal da licença originalmente vigente. O licenciamento foi realizado via Portal Ecosystemas, sendo realizado o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadu.
- h. A licença ambiental transferida de responsabilidade não terá modificações ou ampliações.
- i. A licença ambiental quando do vencimento será executada pelo responsável legal, pessoa jurídica **Fast Fuel Auto Posto Ltda** , conforme contrato social.

- j. O novo Titular da Licença será **Fast Fuel Auto Posto Ltda , CNPJ 59.906.790/0001-11** com sua Sócia, Administradora e responsável legal Sra. Fabiana Helena Moreira **CPF: 999.232.706-53**
- k. Não haverá compartilhamento de licença ambiental com outro responsável, a mesma será administrada por seu responsável legal conforme contrato social.

Uberlândia , Minas Gerais, 22 de Abril de 2025.

Comercial de Combustíveis Futuro Ltda CNPJ: 30.838.204/0002-48
Transmissor

Fast Fuel Auto Posto Ltda
CNPJ:59.906.790/0001-11
Receptor

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA E/OU COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 51, §1º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, atesta a TRANSFERÊNCIA da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS CADASTRO nº 5857/2021, Classe 2, e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS FUTURO LTDA**.

A TRANSFERÊNCIA da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor ou de receptor, as (PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ABAIXO/PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS) conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS FUTURO LTDA	30.838.204/0002-48	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	FAST FUEL AUTO POSTO LTDA	59.906.790/0001-11	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

O Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado por **FAST FUEL AUTO POSTO LTDA**, CPF/CNPJ **59.906.790/0001-11** e se encontra disponível para consulta no Processo SEI **2090.01.0004644/2025-95**.

Este documento assegura ao(s) novo(s) responsável (eis) a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Ávila, Chefe Regional**, em 22/05/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **113933343** e o código CRC **801EFB33**.

Referência: Processo nº 2090.01.0004644/2025-95

SEI nº 113933343

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 093/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 15 de agosto de 2020, bem como no Parecer nº 282/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face d e VALDINEI DA SILVA GONZAGA - MASP 1.318.536-8, desligado do cargo de agente de segurança socioeducativo, admissão 1, e FABRÍCIO DOS SANTOS - MASP 1.389.053-8, desligado do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados no âmbito do Centro Socioeducativo Santa Helena, à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do Defensor Dativo Washington Souza Santos - MaSP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de maio de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por JORGE MANOEL DOS SANTOS - MaSP 835.626-3 , em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 584/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 08 de dezembro de 2022, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 360/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e da advogada Amanda Soares Gomes - OAB: 148.901. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de maio de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado p o r GISLENE MAFRA OLIVE - MaSP 1.136.264-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 475/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 12 de outubro de 2022, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 355/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Telles Rodrigo Gonçalves - OAB/MG 136.047 Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de maio de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO CAD
O SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Estadual nº 48.418/2022, de 16 de maio de 2022, homologa o Termo de Ajustamento Disciplinar 077/2025 celebrado com o servidor A.M.O., em razão do descumprimento dos artigos 216, incisos V e VI, c/c artigo 245 parágrafo único e art. 246, inciso I da Lei 869/1952 por, supostamente, faltar com urbanidade ao proferir expressões desrespeitosas direcionadas o(a) servidor(a) no dia 07/03/2023, pelo prazo de 6 (seis) meses.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de maio de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2079453 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 278/2025, Késia Cristina Melo Avelar, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 278/2025, publicada na Minas Gerais de 01 de maio de 2025, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na sede da 8ª Risp, sito à Avenida Minas Gerais, 2100 - Bairro Maria Eugénia - 3º Andar - Governador Valadares/MG - CEP 35057-760, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, com prévio agendamento através do endereço de e-mail "comissao8risp@gmail.com" no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduzta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, combinado com o art. 245, caput e parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no art. 244, incisos I e III do referido Diploma Estatutário., sob pena de REVELIA: RODRIGO M. CARDOSO - MASP 1.43x.x49-5 – PROCESSADO NO PAD 278/2025

Governador Valadares, 23 de maio de 2025

Késia Cristina Melo Avelar
Masp.: 1.380.532-0
Presidente da Comissão

23 2079408 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Sr. Savano Junger Froede, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado por meio da PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PDS Nº 031/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de Agosto de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869/1952, INTIMA a ex- prestadora de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, BARBARA T. C. ARNAL – MASP 1.54x.x56-7, durante 08 (oito) publicações consecutivas, para, querendo, comparecer à audiência de oitiva de testemunhas redesignada para o dia 26/06/2025 (quinta feira), às 09h00, 10h00, 10h40, 11h20, 14h20,15h00 e 15h40, bem como, para seu INTERROGATÓRIO que será realizado às 16h20 do dia 26/06/2024, por modalidade de videoconferência através da plataforma Google Meet, no link: https://meet.google.com/gde-thbcto, ficando a Comissão à disposição através do endereço de e-mail (nucad1srips@gmail.com), para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica a processada ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, sob pena de REVELIA, e designação de defensor “ex-officio: BARBARA T. C. ARNAL – MASP 1.54x.x56-7, PROCESSADA no PDS 031/2024.

Teófilo Otoni-MG, 21 de maio de 2025.

Savano Junger Froede
Masp: 1.173.784-8
Presidente da Comissão

21 2078494 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEJUSP/OG/DPMG Nº 05, DE 23 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre alteração na composição dos membros do Conselho Consultivo do Complexo Penal - PPP para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das atribuições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09, constituída por meio da Resolução Conjunta SEJUSP/OG/DPMG nº 02, de 27 de fevereiro de 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e Decreto Estadual nº 48.659, de 28 de julho de 2023;

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003;

A OUVIDORA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e Decreto Estadual nº 48.613, de 28 de abril de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no Anexo IX – Caderno de Encargos da Concessionária, no item 3.4.3, do Contrato de Concessão Administrativa para Construção e Gestão do Complexo Penal na Região Metropolitana de Belo Horizonte nº 336039.54.1338.09, na modalidade de Parceria Público-Privada;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Complexo Penal - PPP por meio da Resolução Conjunta SEDS/OG/DPMG/SEDESE nº 192, de 19 de dezembro de 2014.

RESOLVEM:

Art. 1º - Alterar o inciso I do art. 1º da Resolução Conjunta SEJUSP/OG/DPMG nº 02, de 27 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - pela Ouvidoria- Geral do Estado: membro titular Thais Mara Alexandrino, a partir de 20/05/2025 e membro suplente Carla Cristina Moreira;

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução Conjunta SEJUSP/OG/DPMG nº 02, de 27 de fevereiro de 2024.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Defensora Pública Geral do Estado de Minas Gerais

Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira
Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais

23 2079724 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):
MASP 1323763-1, KALLEO DE PAULA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Varginha, para o Presídio de Três Pontas, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0067326/2025-31.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, a servidora:
MASP 1079908-8, ELIANE LOPES COELHO, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico, para a Diretoria Regional – 01ª RISP, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0083832/2025-84.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor:
MASP 1262139-7, CHARLES MAGALHAES DE ARAUJO, referente ao cargo efetivo Analista Executivo De Defesa Social - Psicólogo, do Presídio Sargento Jorge, para o Presídio de Sebastião Satiro, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0071000/2025-64.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor:
MASP 1240703-7, HARISON VINICIUS CASTRO LUDOVICO, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, do Presídio de Aimores, para o Presídio de Conselheiro Pena, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0050276/2025-19.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor:
MASP 1099705-4, FABIO PEREIRA DE SOUZA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria Regional da 8ª RISP, para o Presídio de Governador Valadares, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0060168/2025-73.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REVOGA O ATO DE REMOÇÃO “EX OFFICIO”, publicado em 08/01/2025, relacionado ao servidor LEONARDO DE OLIVEIRA COELHO, MASP 1436356-8, em cumprimento à decisão proferida no Mandado de Segurança nº 1.0006.25.031397-0/0000, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0238869/2024-26.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2079610 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.360, DE 21 DE MAIO DE 2025

Institui o Programa de Integridade do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no exercício das atribuições que lhes são conferidas, respectivamente, pelo inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, pelo inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro

de 2023, pelo inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e pelo inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 48.419, de 16 de maio de 2022; RESOLVEM:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Integridade do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

§ 1º – O Programa a que se refere o caput deste artigo foi elaborado sob a coordenação do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles – CGIRC – e submetido à aprovação da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, do Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.

§ 2º – O Programa a que se refere o caput deste artigo foi inserido no Sistema Eletrônico de Gestão da Política Mineira de Promoção da Integridade – SisPMPI – e terá uma versão publicada nos sítios eletrônicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, da Feam, do IEF e do Igam.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2025
MARILIA CARVALHO DE MELO
Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ROBERTO JUNIO GOMES
Designado para responder pela Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato publicado em 21/05/2025

BRENO ESTEVES LASMAR
Diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas

MARCELO DA FONSECA
Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

23 2079592 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na publicação realizada no dia 23 de maio de 2025, página 11, referente à celebração do Quarto Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do empreendimento C.A.F.E Empreendimentos Consultoria e Participações Ltda / Fazenda São Thomé, (...).

Onde se lê:

(...) O Diretor de Apoio à Regularização Ambiental designado para responder pela Diretoria de Gestão Regional torna público que foi firmado o Quarto Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado para adequação do empreendimento à Legislação Ambiental:

(…).

Leia-se:

(...) O Diretor de Apoio à Regularização Ambiental designado para responder pela Diretoria de Gestão Regional e o Diretor de Gestão de Barragens e Recuperação de Área de Mineração e Indústria designado para responder pela Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente tornam público que foi firmado o Quarto Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado para adequação do empreendimento à Legislação Ambiental:

(…).

(a) Arthur Ferreira Rezende Delfim
Diretor de Apoio à Regularização Ambiental designado para responder pela Diretoria de Gestão Regional, conforme Ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais - DOMG-e de 09/05/2025.

(a) Roberto Junio Gomes
Diretor de Gestão de Barragens e Recuperação de Área de Mineração e Indústria designado para responder pela Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme Ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais - DOMG-e de 21/05/2025.

23 2079749 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento:1) JC Colchões e Espumas Ltda, Moldagem de termoflex ou endurente, Visconde do Rio Branco/MG, PA SLA 14625/2025, com validade até 23/05/2035.

(a)Dorgival da Silva
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

23 2079578 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: 1) Licença de Operação Corretiva(LAC1). *Algar Farming S.A/ Fazenda Colorado - Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Horticultura (fruticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/ SLA nº3494/2024, Classe 3 Autorização para Intervenção Ambiental - 0031226-D. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, com vencimento em 14/05/2030.

(a)Bruno Neto de Ávila.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Triângulo Mineiro.

23 2079573 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e *prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Construcap CCPS Engenharia e Comércio SA, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Patos de Minas/MG, PA nº. 14196/2025, Classe 1.

(a) Ana Carolina Silva Brito
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba

23 2079729 - 1

Pauta da 136ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam Data: 05 de junho de 2025, às 14h. Endereço virtual da reunião:

https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w
1. Abertura pelo Presidente da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ).
2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.
3. Comunicado dos Conselheiros.
4. Comunicado da Secretaria Executiva.
5. Exame da Ata da 135ª RO de 08/05/2025.

6. Processos Administrativos para homologação do Termo de Composição Administrativa – TCA de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - PECMA, conforme disposto no art. 43 da Lei 25.144/2025 e no § 3º do art. 8º do Decreto nº 48.994/2025.

6.1 GSM Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda. - Operar atividade de Lavra a céu aberto de rocha ornamental (Quartzito), dentro dos limites da Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem a devida licença ambiental; Causar impacto negativo irreversível em área de influência de duas (02) cavidades naturais, devido à operação de Lavra a céu aberto de Rocha Ornamental (Quartzito), dentro dos limites da Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem licença do órgão ambiental competente que autorize tal impacto; Operar atividade de Pilha de rejeito/estéril de rocha ornamental (quartzito), dentro dos limites da poligonal do processo ANM nº 832.403/2008, em Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada de APA Municipal Barão e Capivara, sem a devida licença ambiental; Suprimir vegetação nativa, Bioma Mata Atlântica, em uma área total de 13,3186 hectares, situada dentro dos limites da unidade de conservação de uso sustentável, denominada de Área de Proteção

Ambiental APA Barão e Capivara, para fins de atividades minerárias, sem prévia autorização ambiental; Retirar ou tomar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; (Código 106, 130, 106, 301-B, 302-A - Decreto 47.383/18) - Gouveia/MG - PA/CAP/Nº 756161/25 - AI/Nº 296523/2022. Apresentação: Diretoria de Autos de Infração - DAINF.

6.2 GSM Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda. - Operar atividade de Lavra a céu aberto Quartzito e atividade de Pilha de rejeito/estéril de rocha ornamental, no interior de unidade de conservação de uso sustentável, sem a devida licença ambiental; Executar atividade de Lavra a céu aberto de Quartzito, no interior de unidade de conservação de uso sustentável, causando impacto negativo irreversível em área de influência inicial de cavidade natural subterrânea, sem licença do órgão ambiental competente que autorize tal impacto; Suprimir vegetação nativa campestre em uma área comum total de 1.6410 hectare, para fins minerários, situada no interior de unidade de conservação de uso sustentável e em área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006 (Refúgio Vegetacional - Lei da Mata Atlântica), sem licença ou autorização do órgão ambiental; Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Suprimir cobertura vegetal nativa campestre em uma área de 0,1010 hectare de preservação permanente, margem direita e esquerda de curso d'água, para fins minerários, situada em unidade de conservação de uso sustentável e em área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006 (Refúgio Vegetacional - Lei da Mata Atlântica), sem licença ou autorização do órgão ambiental; Desenvolver atividade minerária dificultando o processo de regeneração natural de cobertura vegetal nativa protegida pela Lei Federal nº 11.428/2006 (Refúgio Vegetacional - Lei da Mata Atlântica), em uma área total de 1,7608 ha situada em unidade de conservação de uso sustentável, sem prévia autorização ambiental; Abrir estrada para fins minerários e instalar estrutura de travessia de curso d'água, causando danos aos recursos hídricos em unidade de conservação de uso sustentável; (Código 106, 130, 301-A, 302-A 301-B, 309-B, 217, - Decreto 47.383/18) - Monjolos/MG - PA/CAP/Nº 809208/24 - AI/Nº 378287/2024. Apresentação: Diretoria de Autos de Infração - DAINF.

7. Processo Administrativo para exame do Recurso ao indeferimento de processo de regularização ambiental:

7.1 Cooperativa Regional Garimpeira de Corinto Ltda. - UNIUQUARTZ - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção - Curvelo/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/Nº 4462/2024 - Classe 2. Apresentação: URA JEQ.

8. Processo Administrativo para exame do Recurso do Auto de Infração: 8.1 José Domingos Roza - Desmatar/suprimir vegetação nativa de Floresta Estacional Semidecidual em área comum - Jequitinhonha/MG - PA/CAP/Nº 481215/20 - AI/Nº 105468/2017. Apresentação: Diretoria de Autos de Infração - DAINF.

9. Assuntos gerais.

10. Encerramento.

(a) Leonardo Monteiro Rodrigues
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha

23 2079753 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Fortlev Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., moldagem de termoplástico não organoclorado, moldagem de termoplástico organoclorado, sem a utilização de matéria-prima reciclada ou com a utilização de matéria-prima reciclada a seco e terminal de armazenamento de gás natural, Ribeirão das Neves/MG, Processo nº 14460/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

23 2079681 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1) Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS CADASTRO *Comercial de Combustíveis Futuro Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Uberlândia/MG - PA nº 5857/2021, Classe 2, Validade: 29/11/2031, do responsável Comercial de Combustíveis Futuro Ltda, CPF/CNPJ nº 30.838.204/0002-48, para o novo titular Fast Fuel Auto Posto Ltda, CPF/CNPJ nº 59.906.790/0001-11.

(a)Bruno Neto de Ávila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

23 2079345 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

1) Nemuel Carvalho Ribeiro - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento;Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco – São João do Paraíso /MG - PA/nº 14659/2025 - ANM 830.592/2021 - Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

23 2079741 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Antônio Ademilson Rabelo dos Santos/ Fazenda Caraiabas Olhos D'água e Espinho - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, mueres, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, mueres, ovinos e caprinos, em regime de confinamento e Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Várzea da Palma e Lassance/MG, PA/SEI nº 1370.01.0030958/2023-53, Classe 4. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 22/05/2025.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.